



CURTUME TIGRÃO LTDA.

025/94/1006/2001

Belo Horizonte, 16 de abril de 2001

FEAM	
PROTOCOLO Nº	03577/2001
DIVISÃO:	DMF-16.04.2001
MAT.:	VISTO: <i>[assinatura]</i>

Exmo. Sr.

IVON BORGES MARTINS

DD. Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente/FEAM

Órgão Seccional de Apoio ao COPAM

Nesta Capital

Ref. Auto de Infração: nº 073/2001

CURTUME TIGRÃO LTDA. vem, através de seu representante legal infra-firmado, apresentar sua **DEFESA**, com fundamento no artigo 25 do Decreto 39.424/98, pelos fatos e razões que passa a expor e, ao final, levarão à procedência do pedido.

I - DA AUTUAÇÃO

A requerente, face ao auto de infração nº073/2001, foi autuada pelo agente credenciado do órgão seccional de apoio ao COPAM, com base no artigo 19, § 3º, item 2, do Decreto nº 39.424 de 04/02/98, que regulamenta a Lei Estadual nº 7.772, de 08/09/80, por "descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento".

II - DO PRAZO

Considerando o disposto no artigo 25, do Decreto nº 39.424/98, o autuado dispõe do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua **DEFESA**, contados a partir do recebimento do Auto de Infração.

Registre-se que a empresa recebeu o Auto de Infração em 27/03/2001, portanto, iniciando a fluência do prazo em 28/03/2001 e terminando em 16/04/2001.

DMF/smlene



CURTUME TIGRÃO LTDA



III - DAS CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS

A empresa Curtume Tigrão Ltda., está localizada no município de São Sebastião do Paraíso - MG, tendo como objeto social o curtimento de couros e peles.

IV - DOS FATOS

A Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM enviou à empresa o Ofício FEAM/DICQUA/Nº185/2001, sob a alegação de que a empresa descumpriu condicionante da Licença de Operação relativa à implantação e entrada em operação do sistema de tratamento de efluentes líquidos, cujo prazo teria expirado em 30/06/2000.

Ocorre, entretanto, que a empresa, em **29/06/2000**, protocolou correspondência no órgão ambiental requerendo prorrogação de prazo para cumprimento das condicionantes, pedido que ainda não foi julgado e/ou apreciado na reunião da Câmara de Atividades Industriais/COPAM.

Não houve, portanto, como exaustivamente se demonstra acima, o descumprimento da condicionante da Licença de Operação relativa à condicionante em questão, uma vez que a FEAM ainda não concedeu ou deixou de conceder a prorrogação do prazo para sua implementação.

Há que se ressaltar que a data de protocolo da correspondência é anterior não só à lavratura do referido Auto de Infração, como ao vencimento do prazo.

Por outro lado, verifica-se que a empresa não se encontra parada nas ações necessárias ao cumprimento do Plano de Controle Ambiental, na forma proposta a esse órgão e aprovada pela Câmara, inclusive ficou constatado no Relatório de Vistoria, datado de 13 de fevereiro de 2001, que as obras para construção da ETE já estão praticamente concluídas.

A Empresa não está se esquivando do cumprimento das condicionantes. O que ocorre é que há um entrave na questão financeira que impossibilita que seja dado início ao funcionamento da ETE.



E outro fator que deve ser ressaltado. A empresa, em nenhum momento, deixou de comunicar ao órgão ambiental, suas ações e iniciativas. Tanto que, mesmo após pedir a prorrogação de prazo, em junho/2000, comunicou através de correspondência protocolada em 24/01/2001, em que situação se encontrava. Nessa oportunidade, informou que a parte de construção civil já havia sido concluída, sendo necessário adquirir o restante do maquinário, o que ainda não tinha sido feito em virtude da indisponibilidade financeira.

Nessa data, a empresa comunicou à FEAM que já estava inclusive iniciando ações no sentido de participação no Programa de Produção Mais Limpa, implementado por diversas entidades: FIEMG, SEBRAE e SINDIPELES, com vistas à identificação de oportunidades de melhoria de produtividade com redução de custos e de impactos ambientais negativos.

Verifica-se, portanto, que a autuada não encontra-se paralisada em suas ações.

V - DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E CORRETIVAS

Vê-se que a empresa vem implementando as medidas necessárias para o cumprimento das exigências ambientais, tanto que já cumpriu as demais condicionantes de sua Licença de Operação.

Com efeito, a empresa vem cumprindo as condicionantes da Licença de Operação, e cabe enfatizar que quanto à condicionante em discussão foi protocolada correspondência solicitando a prorrogação de prazo, o que efetivamente, até a presente data, não foi julgado.

VI- DO PEDIDO

Assim sendo, requer a **descaracterização** do Auto de Infração, haja vista que a empresa vem adotando as medidas necessárias para o cumprimento de suas condicionantes, além de a autuação ter sido irregular.

Requer, ainda, o arquivamento do processo administrativo.

Pede deferimento.